

TRABALHO NO LAR, CUIDADO E EQUIDADE DE GÊNERO: um estudo de caso

WORK AT HOME, CARE AND GENDER EQUITY: a case study

Amanda Gomes Pereira¹

UFMA: <https://orcid.org/0000-0002-7174-3843>

Ramisson Corrêa Ramos²

UFMA: <https://orcid.org/0000-0001-7781-0405>

Cassilene Magalhães Silva³

UFMA: <https://orcid.org/0000-0001-5348-7164>

DOI: 10.21680/1982-1662.2022v5n34ID25266

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa “Trabalho doméstico: cidadania e equidade de gênero” que é fruto do projeto de iniciação científica realizado na Universidade Federal do Maranhão - *campus* São Bernardo, com a orientação da Prof.^a Dr.^a Amanda Gomes Pereira. Esse projeto teve o objetivo de compreender as dinâmicas de poder interconectadas às relações de gênero, no leste do estado do Maranhão – mais especificamente nos municípios circunvizinhos de São Bernardo –, por meio de referenciais teóricos que dialogam com os estudos de gênero, feministas, pós-coloniais e decoloniais. Para tanto, essa pesquisa optou por uma abordagem mista, com a combinação das análises qualitativas e quantitativas. Assim, foram aplicados questionários *online*, com perguntas fechadas e abertas (contendo apenas 2 (duas) perguntas abertas), por meio da plataforma *Google Forms*, permitindo, dessa

¹ E-mail: gomespereira_amanda@yahoo.com.br

² E-mail: ramisson.cr@gmail.com

³ E-mail: cassilene19silva@gmail.com

forma, preservar o anonimato das pessoas, tendo como amostragem 15 dos 16 discentes contemplados com Auxílio Estudante com Filha(o). Nesse sentido, os dados possibilitaram uma discussão em torno das desigualdades de gênero, afazeres domésticos e maternidade, evidenciando as problemáticas que essas mulheres/mães/estudantes enfrentam no acesso à educação de qualidade, bem como na permanência e finalização de seus cursos. Neste trabalho, descreveremos também as dificuldades encaradas pelos pesquisadores/as para a realização do projeto, visto que a pandemia de Covid-19 afetou não só a pesquisa em si, mas a vida das pessoas em escala global.

Palavras-chave: Gênero. Maternidade. Trabalho no lar. Políticas públicas.

Abstract

This article presents the results of the research “Domestic work: citizenship and gender equity”, which comes from the scientific initiation project carried out at the Federal University of Maranhão - São Bernardo campus, guided by Professor Amanda Gomes Pereira. This project aimed to understand the power dynamics interconnected with gender relations in the eastern part of the state of Maranhão – more specifically in the surrounding area of the municipality of São Bernardo – through reference theory which dialogues with gender studies, feminists, postcolonial and decolonial. Therefore, this research opted for a mixed approach, combining qualitative and quantitative analyses. Thus, online questionnaires with closed and open questions (containing only 2 (two) open questions) were applied through the Google Forms platform, allowing the anonymity of the participants to be preserved and having as a sample 15 of the 16 students contemplated with Financial Support for Students with children. In this sense, the data enabled a discussion around gender inequalities, household chores and motherhood, highlighting the problems that these women/mothers/students face in accessing quality education, as well as in the permanence and completion of courses. In this work, we will also describe the difficulties faced by researchers in order to carry out the project, since the Covid-19 pandemic affected not only the research itself, but the lives of people on a global scale.

Keywords: Gender. Maternity. Housework. Public policy.

Introdução

Nas últimas décadas, os debates sobre a equidade de gênero têm ganhado cada vez mais visibilidade, tornando-se presentes e prementes em diferentes espaços, adentrando o cotidiano das famílias, reconfigurando sociabilidades, afetando disputas políticas.

A urgência desse debate se tornou necessária justamente quando pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais — e suas abordagens — passaram a relativizar o que anteriormente era visto como naturalmente dado — como o papel do homem e da mulher na sociedade, assim como as posições quase que hegemônicas dos homens em espaços públicos de poder. Dessa maneira, a partir da desconstrução das relações de gênero, surgiram os estudos de gênero e feministas — tais como de Michelle Rosaldo (1979), Joan Scott (1995), Sherry Ortner (1979) e tendo como precursoras Margaret Mead (2014) e Simone de Beauvoir (2020)⁴ —, fruto de um esforço para romper com as abordagens biologizantes e com perspectivas que naturalizavam a dominação masculina em todos os âmbitos da vida. Esses textos, além de terem um papel fundamental na desnaturalização dos papéis de gênero, destacando aspectos relacionados como poder e construção social, apontavam para a relação entre trabalho doméstico e reprodução da desigualdade feminina nas sociedades ocidentais, muitas vezes apontada como fator primordial para submissão das mulheres e dominação masculina.

Em uma sociedade como a brasileira, que se estabeleceu a partir de ordenamentos situados como herança histórica aos moldes do modelo patriarcal — sustentado na diferenciação de gênero e na Divisão Sexual do Trabalho —, as reminiscências desse modelo estão presentes nas dinâmicas sociais e relações de trabalho. Juntamente com as relações de gênero, outros elementos estão conectados com as desigualdades estruturais ainda mais evidentes, sendo elas de classe e raça.

⁴ ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. Educação e Realidade. 20 (2): 71-99, 1995; ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para cultura? In. ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento, São Paulo: Perspectiva, 2009; BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2020.

Portanto, essa urgência nos debates das questões de gênero, principalmente na esfera política, se torna ainda mais importante na periferia do capitalismo e nos dias atuais. Afinal, são nesses espaços de cisão, como pontuado, que as relações de gênero estão intimamente relacionadas a outros marcadores sociais que tanto determinam as estruturas sociais “desse ‘mundo moderno’ de raízes tão arcaicas.” (FERNANDES, 2004, p. 364).

Em virtude disso, Sueli Carneiro (2019, p. 313) chama atenção para alguns dos traços marcantes da formação social e cultural do Brasil ao pontuar:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão.

Essas expressões da desigualdade evidenciam vários contextos da vida das mulheres – principalmente das mulheres negras, trabalhadoras e residentes nos interiores e periferias deste país –, impactando seja no acesso à educação, seja na esfera do trabalho devido ao fato de não possuírem as mesmas possibilidades de acesso a capitais sociais, culturais, econômicos, bem como bens e serviços (BOURDIEU, 1983). A compreensão e análise sobre as desigualdades socialmente estabelecidas possibilitam uma tentativa de ensaiar algo capaz de nos permitir vislumbrar sua superação. No contexto atual, auxiliando com ações de acesso a condições básicas para assim dirimir as desigualdades historicamente enraizadas, surgem políticas públicas direcionadas às mulheres, tais como Bolsa Família⁵ e Auxílio Brasil⁶ – principalmente as mulheres mães, baseando-se na reprodução de papéis tradicionais de gênero.

Com relação aos capitais simbólicos, a promoção deles pode ser fator primordial para conquista da liberdade e, por conseguinte, em promotores do desenvolvimento. Com efeito, ao falar em desenvolvimento e liberdade, o economista Amartya Sen

⁵ Programa social criado em 2014 e sancionado pela Lei n.º 10.836, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo definido como um programa de transferência de renda para as famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social (https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/leis/Lei%2010836.pdf, acessado em 9 de agosto de 2022).

⁶ O Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>, acessado em 9 de agosto de 2022).

(2010, p. 10) destaca:

A expansão da liberdade é vista [...] como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

Mediante ao exposto, o objetivo da pesquisa foi compreender as dinâmicas de poder atreladas às relações de gênero no leste do estado do Maranhão – mais especificamente nos municípios vizinhos de São Bernardo – a partir de um diálogo com os estudos de gênero, feministas, pós-coloniais e decoloniais e, desse modo, possibilitar o surgimento de ações de extensão e ensino que busquem dirimir as desigualdades sociais, históricas e culturais entre homens e mulheres que habitam esses contextos, bem como detalhar os preâmbulos do desenvolvimento da pesquisa, inclusive, as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19.

Mapeando o campo

Em primeiro lugar, é importante situar que esta pesquisa teve várias reviravoltas em seu desenvolvimento, tanto pelos motivos que levam todo pesquisador que se submete a ir a campo pode enfrentar, como por problemáticas que envolvem o campo e os sujeitos parte da pesquisa. Além disso, ocorreu em escala mundial a proliferação de um vírus que logo se tornaria uma questão de saúde pandêmica (Covid-19), que não só a pesquisa em si, mas a vida de todos e todas, de formas diferentes, foram afetadas.

Com efeito, o objetivo inicial da pesquisa estava relacionado à análise dos contextos e dinâmicas de gênero entre mulheres empregadas domésticas na cidade de São Bernardo, no estado do Maranhão, mas as dificuldades impostas se colocaram de início, como já mencionado – o medo da perda dos trabalhos por conta da pesquisa ao narrarem as relações de precariedade das condições que seus patrões e patroas lhes submetiam, por exemplo, representou um dos entraves na realização das entrevistas e obtenção desses dados qualitativos.

Assim também, logo após nossas infrutíferas incursões, partimos para outros atores sociais: as trabalhadoras dos comércios formais da cidade. A estrutura de pesquisa, porém, não sofreu alterações tão duras, pois se tratava de analisar o perfil socioeconômico das trabalhadoras e as condições em que as mulheres estavam submetidas entre o trabalho fora de casa e as condições dentro de seus domicílios,

pois essas mulheres eram mães e donas de casa. Nesse sentido, a carga horária de trabalho delas era dupla, ampliada após o expediente normal do mercado de trabalho.

Contudo, deparamo-nos novamente com problemas na pesquisa, sendo os mesmos encontrados anteriormente, pois, mesmo que muitas das mulheres pesquisadas trabalhassem como prestadoras de serviço em empresas do comércio na cidade, as condições não mudavam muito em relação às trabalhadoras domésticas. Elas, quando recebiam um salário mínimo, não tinham sua carga horária de trabalho respeitada. A maioria que está empregada no setor de serviços em São Bernardo ganha menos que um salário mínimo para trabalhar de domingo a domingo, além de não possuírem vínculos empregatícios – a carteira trabalhista assinada pelos patrões e patroas. Nesse cenário, por mais que escutássemos esses relatos das trabalhadoras, percebemos que também seria difícil realizar entrevistas para a nossa pesquisa com a maioria delas.

Por fim, chegamos à conclusão de que, dentro das possibilidades, dada a realidade da região, o mais adequado naquele momento era analisar e compreender as relações de gênero, as vulnerabilidades e as desigualdades relacionadas às mulheres/mães, tendo como público alvo as estudantes mães que, inseridas nos cursos da UFMA, empreendiam múltiplas carreiras: sendo mães, estudantes e donas de casa. Isso porque um número expressivo de estudantes trabalhava também nessas lojas e supermercados, e – quando recebia uma bolsa assistência ou de pesquisa – abandonava seus empregos para se dedicar exclusivamente aos seus estudos.

Outro elemento pesquisado, em conformidade com os princípios norteadores da pesquisa, foi o papel das políticas de assistência estudantil para diminuir as desigualdades de gênero, visando reduzir a evasão dessas mulheres da educação superior. A evasão escolar é o fator que impossibilita a condição de permanência nos cursos de licenciatura e a ascensão social delas, junto com a de suas famílias – impactando gerações.

Por fim, devido aos inúmeros percalços pelos quais a pesquisa passou, a equipe decidiu aplicar questionários pela plataforma *Google Forms*, contando com a participação espontânea dos bolsistas. Das 15 discentes da UFMA que são contempladas pela bolsa Auxílio Estudante com Filha(o), 14 estudantes responderam. O questionário foi dividido em 9 seções. A plataforma *Google Forms* consiste em:

[...] é um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no *Google Drive*. Tais formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados os formulários já existentes. É um serviço gratuito, basta apenas ter uma conta no *Gmail*. Dessa forma, os formulários ficam armazenados no Servidor do *Google*, podendo ser acessado de qualquer lugar e não ocupam espaço no computador (MOTA, 2019, p. 373).

Dessa forma, o recurso desse aplicativo facilitou a realização da nossa pesquisa, pois, em meio ao processo de coleta de dados e desenvolvimento do trabalho, o mundo foi acometido pela pandemia do vírus da Sars-coV-2 (Covid-19), inviabilizando qualquer outro método presencial, possibilitando que atingíssemos parte de nossos objetivos.

O questionário consistia em 68 perguntas, sendo 66 fechadas e 2 abertas. Visando isso e o uso de ferramentas virtuais, como o aplicativo de mensagens instantâneas, o *Whatsapp*, e também a já citada plataforma *Google Forms*, optamos por utilizar uma metodologia mista, pois

A metodologia de investigação é uma metodologia mista que se afasta da dicotomia entre abordagens naturalistas e racionalistas, enquanto recorrendo a características associadas a ambas as formas de inquérito, quantitativa e qualitativa. A abordagem racionalista presente na concepção dos modelos de análise traduz uma opção metodológica da investigação que, se acredita, pode contribuir para dar maior consistência aos resultados obtidos e, conseqüentemente, permitir a emergência de novo conhecimento. O uso de procedimentos qualitativos tem aumentado a profundidade das análises, o que é crucial para o avanço do conhecimento. O carácter qualitativo da investigação, associado a uma orientação metodológica geral de carácter racionalista tem permitido a construção de um quadro teórico-empírico para guiar a investigação. Esta metodologia é possível graças ao rigor conceptual e ao poder de transferência da teoria em que se fundamenta. (MORAIS; NEVES, 2007, p. 25).

Cabe destacar ainda que bastou apenas o envio do *link* da pesquisa para os bolsistas, feito pela assistente social do campo – única que possui dados pessoais dos participantes – para que elas respondessem ao questionário. Assim, mesmo diante de várias adversidades, sejam as que o próprio campo de pesquisa proporcionou aos pesquisadores – já que a realidade e suas dimensões socioestruturais não são dados *a priori*, muito menos se encaixam de forma momentânea aos interesses das pesquisas – , seja pelo quadro pandêmico que, até o término desta pesquisa, já ceifou a vida de 680 mil pessoas só no Brasil e, no Maranhão, 10.300 pessoas, levando nossos amigos e parentes, é possível concluir que em muitos aspectos conseguimos lograr êxitos. Por

fim, cabe destacar que o referente auxílio contempla, até o término desta pesquisa, 16 universitários, sendo 15 mulheres e 1 homem.

Trabalho, cuidado e renda: os impactos da desigualdade de gênero

O objetivo desta pesquisa é compreender as dinâmicas de gênero, suas imbricações entre as esferas público e privada e como essas dimensões se entrelaçam para a perpetuação de processos de vulnerabilidades e violações de direitos humanos (GATTI, 2017). Um ponto basilar nesta pesquisa se mostra pela tentativa de mapear grupos de mulheres/mães que ingressaram e/ou deram prosseguimento aos estudos, mesmo com as várias adversidades, principalmente as socioestruturais relacionadas à cidade e ao lugar delas nas relações tradicionais de gênero – sendo essas relações acirradas por relações de poder, em que o espaço da casa destina-se quase que exclusivamente às mulheres/mães, tendo essas pouca entrada e circulação nos espaços públicos de poder.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, 7% dos adolescentes em idade escolar estavam fora da escola. A PNAD (2019) apontou ainda que o estado do Maranhão é o que possui maior percentual de pessoas sem instrução, sendo contabilizados 661 mil⁷. Em alguns momentos de suas vidas, mulheres abdicam de ingressar ou manter-se no mercado de trabalho ou no ensino superior devido aos afazeres domésticos e à dedicação aos cuidados dos filhos e filhas. Quando são inseridas outras variantes como classe e cor/raça, as diferenças se mostram ainda mais elevadas, com taxas que demonstram o fosso existente entre, por exemplo, mulheres brancas e mulheres pretas no acesso e permanência ao ensino superior. Assim como apontando por Amartya Sen (2010, p. 155-156), no caso da liberdade de procurar emprego fora de casa:

Às vezes as mulheres podem ser forçadas a acatar a proibição de trabalhar fora de casa de um modo explícito e brutal (como, por exemplo, no Afeganistão atual). Em outros casos, essa proibição pode funcionar de maneira mais implícita, graças ao poder das convenções e da conformidade. Em alguns casos pode nem sequer haver, em um

⁷ Para mais detalhes, acesse: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=EAlaIqobChMI7dOJuee6-QIVDGuRCh2OVQJeEAAYAiAAEgKFyfD_BwE (acessado em 9 de agosto de 2022); <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/44/47044> (acessado em 9 de agosto de 2022); <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/04/29/mas-de-244-mil-nao-tiveram-acesso-aos-estudos-durante-a-pandemia-no-maranhao.ghtml> (acesso: 9 ago. 2022).

sentido claro, uma proibição à procura de emprego pelas mulheres, mas as que foram criadas no seio de valores tradicionais podem ter muito medo de desrespeitar a tradição e chocar as pessoas. Aquilo que em geral é visto como ‘normal’ ou ‘apropriado’ é essencial nesse problema.

Esse cerceamento das possibilidades de acesso à liberdade econômica, como o autor menciona, por vários motivos e causas, está intimamente ligado também ao papel social de gênero delegado às mulheres, como os atribuídos ao espaço doméstico e à maternidade. Gayle Rubin (2017), ao refletir acerca das análises sobre a reprodução da mão de obra dos trabalhadores, em Marx (2013), notou que elas não abarcavam o entendimento do porquê de serem as mulheres a se dedicarem aos trabalhos e cuidados domésticos e não os homens. A autora, a partir disso, considera que:

É precisamente esse ‘elemento moral e histórico’ que determina que uma ‘esposa’ esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não exercem o papel de liderança, na qual as mulheres não falam com Deus. Foi esse ‘elemento histórico e moral’ que instaurou no capitalismo um patrimônio cultural de formas de masculinidade e feminilidade (RUBIN, 2017, p. 16).

Porém, a autora destaca que não apenas em sociedades capitalistas as mulheres são oprimidas. Por conseguinte, esse “elemento moral e histórico” que ela cita, fazendo referência a Karl Marx, em *O capital* (2013) – assim como as leituras de autores como Freud e Lévi-Strauss –, é utilizado como ponto de partida para o desenvolvimento do conceito de “sistema sexo/gênero”, que “consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 2017, p. 11).

Nesse aspecto, se todos nós temos necessidades – de fome e de nos saciarmos sexualmente –, a forma como damos vazão a essas necessidades é socialmente construída. No caso, nas sociedades capitalistas, convencionou-se por meio de regras e normas que deveria ser responsabilidade de uma mulher saciar necessidades de fome, de vestuário, de higiene, a partir do trabalho doméstico não remunerado desempenhado dentro dos lares.

No Brasil, essa realidade torna-se ainda mais presente, facilitada com a inserção de uma categoria laboral: a trabalhadora doméstica. Pereira (2016, p. 3), em

projeto de pesquisa apresentado, destaca que:

No Brasil, o serviço doméstico tem recortes de gênero, raça e classe social. 94% dos trabalhadores dessa categoria são mulheres, 62% negras e com baixa escolaridade. O serviço doméstico representa 18,36% do setor informal da economia. Ao considerarmos o sexo a taxa de participação feminina no serviço doméstico chega a 93,3% (Oliveira, 2007), constituindo-se na maior categoria profissional das mulheres brasileiras. As empregadas domésticas geralmente estão entre as mulheres mais pobres do país, são mal remuneradas, além de possuírem educação mínima, grande parte delas são migrantes e suas culturas e raças são consideradas inferiores. Trata-se de uma categoria representativa da população subalterna brasileira e o cumprimento de seu trabalho, dentro da casa dos patrões, evidencia as relações de desigualdade no país.

Esse quadro interfere no projeto de vida dessas mulheres que passam a possuir um campo de possibilidades e de experiências bem mais restrito do que os homens – principalmente se analisarmos a diversidade de contextos existentes no Brasil, ainda mais se formos adentrando pelas regiões interioranas do estado do Maranhão, como a região do Baixo Parnaíba Maranhense, local onde foi realizada a pesquisa. As possibilidades dadas a elas de acessarem as universidades e carreiras profissionais são reduzidas e ainda se perpetua a percepção de que essas mulheres estão destinadas ao trabalho doméstico, precário, informal, e muitas vezes não remunerado.

Por outro lado, políticas públicas que visam corrigir desigualdades ainda são mecanismos úteis para auxiliar essas mulheres a conquistarem ou reconquistarem espaços destinados exclusivamente aos homens. No que se refere esta pesquisa, sobre a permanência das mulheres/mães no ensino superior, em específico no *campus* da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), localizado no município de São Bernardo, uma cidade interiorana, os programas de assistência à educação são imprescindíveis.

O Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), foi um marco importante, pois teve como alvo expandir as possibilidades de permanência dos jovens na educação superior (BRASIL, 2010). Além disso:

Em relação às políticas públicas educacionais, é importante frisar que elas surgem com o intuito de fortalecer a educação brasileira, pois, na educação superior, propicia e aumenta a competitividade no país, prioritariamente na área de pesquisa, e no mercado internacional (GÓMEZ, 2019, p. 92).

Em conformidade com o exposto por Gómez, políticas públicas direcionadas para a educação, em qualquer etapa de ensino, colaboram não apenas para o combate

das desigualdades de gênero, classe e raça, mas também para a inserção diferenciada do país nos processos e disputas de poder globais – cabe ressaltar que essas políticas são bem-sucedidas quando aplicadas de forma adequada. Alguns pesquisadores, entretanto, estabelecem uma ampla discussão sobre a promoção de acesso e expansão da educação, ainda mais a educação superior, ao citarem “a permanência, reforçam que não vem acompanhando essa expansão, que as políticas não apresentaram patamares suficientes para suas eficácias.” (GÓMEZ, 2019, p. 92).

Desse modo, acrescentando-se que a UFMA, nos termos do Pnaes, concede bolsas e auxílios para os estudantes regularmente matriculados dentro de várias áreas de interesse, sendo um dos principais alicerces a comprovação de os alunos possuírem baixa renda, tal fato demonstra um esforço da instituição contra a evasão e fortalecimento da permanência dos estudantes nos cursos – principalmente nos interiores. As bolsas Auxílio Estudante com Filha(o), popularmente conhecida entre alunas e alunos como Auxílio Creche, apesar de serem destinadas a estudantes pais/mães, contempla predominantemente mulheres em condições de vulnerabilidade. Outro ponto é que, mesmo com o fato de as bolsas serem no valor de R\$ 200,00 e de que, segundo o edital da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes) para seleção dos contemplados pelo auxílio, “sejam destinadas para subsidiar despesas de discente no acompanhamento de dependente com idade inferior a seis anos”, muitas vezes se tornam insuficientes – como iremos analisar a partir dos dados oriundos da pesquisa. Dessa forma, outras problemáticas podem ser percebidas ao longo desta pesquisa, levando a reflexão acerca do sucesso satisfatório desse auxílio na garantia de permanência das discentes mães partes da pesquisa realizada pelo nosso projeto. Assim, é possível questionar: Será que essas ações e políticas públicas estão sendo eficazes no combate às desigualdades de gênero?

Segundo Joan Scott (2019, p. 67), a categoria gênero pode ser entendida por inúmeros ângulos que se inter-relacionam. Com efeito, a autora pontua que:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Juntamente com a categoria de gênero, analisamos o trabalho doméstico que está intimamente relacionado com tal categoria, pois envolve a Divisão Sexual do

Trabalho e está assentada nas relações de gênero e na fixação rígida de determinados papéis sociais. A dimensão do poder também está presente nessas atividades que para muitos podem ser encaradas como rotineiras e óbvias, mas:

Qualquer pesquisa que tenha como objeto a vida familiar cotidiana deve remeter, necessariamente, ao trabalho doméstico. Esse conjunto de atividades aparentemente óbvias e sem muita importância e sempre identificadas como atributo essencial das mulheres, só nas últimas décadas começou a ser percebido como indispensável para o bem-estar dos indivíduos que fazem parte da família. Não são poucos os estudos que têm mostrado a universalidade e a persistência de uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens principalmente as atividades de caráter produtivo, geradoras de renda e desenvolvidas no espaço público, e às mulheres as tarefas reprodutivas, por elas entendendo-se tanto os cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família – incluindo alimentação, limpeza, vestuário, higiene pessoal e saúde física e mental – quanto aos cuidados com a própria moradia e com a criação dos filhos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009, p. 95-96).

Em suma, o mapeamento realizado durante o desenvolvimento do projeto “Trabalho doméstico: cidadania e equidade de gênero” visou contribuir para pesquisas sobre a temática de gênero na Região do Baixo Parnaíba Maranhense, almejando propiciar o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de cursos. Nosso objetivo aqui é destacar os processos de cerceamento da fala, de invisibilização, exclusão do processo produtivo, do impedimento do acesso à educação e das múltiplas violações de direitos humanos que atravessam a precariedade da vida de mulheres, não brancas, cujas dinâmicas e formas de governamentalidade colocam em questão quais vidas são passíveis de luto ou não (BUTLER, 2015).

Auxílio estudante com filho (a): efeitos e lacunas dessa política pública

Inicialmente, vale destacar, a partir do que já foi discutido neste trabalho, os processos de vulnerabilidade que produzem sujeitos e corpos subalternizados - ainda mais o sujeito feminino, a mulher pobre do sul global - para compreender seus dispositivos de poder e as suas capacidades de agenciamento. Pois, vozes emudecidas por processos históricos, políticos e sociais dimensionam as raízes coloniais das desigualdades e vulnerabilidades (SPIVAK, 2010; QUIJANO, 2005; SEGATO, 2012). Desta forma, os dados e informações que serão demonstrados neste capítulo pretende entender esses processos de aquisição de poder e agenciamento por parte desses sujeitos subalternizados.

Os dados discriminados abaixo são referentes ao questionário aplicado pela equipe da pesquisa da UFMA, *campus* São Bernardo. A população da pesquisa é composta por mães que estudam na mesma universidade e a amostra selecionada foi dos 16 bolsistas que recebem o recurso financeiro do Auxílio Creche, Pnaes, destinado a estudantes da rede pública, com renda familiar bruta *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes – principalmente das jovens mães – na educação superior pública federal. Porém, dessas 16 pessoas, a pesquisa conseguiu chegar apenas a 15 delas, sendo que uma das pessoas contempladas não respondeu o questionário *online*, não ocorrendo, dessa maneira, contrastes significativos que possam afetar a pesquisa.

A idade das mulheres pesquisadas varia entre 20 e 32 anos, com prevalência de mulheres com idade entre 20 e 24, sendo 22 anos a idade média das participantes. Já em relação à cor autodeclarada pelas bolsistas, 93% (13) das discentes se autodeclararam pardas, enquanto 7% se autodeclararam brancas. São números que ressaltam as desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras, levando em consideração que um dos pré-requisitos básicos para o recebimento da bolsa creche é ter uma renda familiar mensal bruta *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente e estar em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a pesquisa aponta que a maioria das mulheres que compõe esse perfil é de pardas, sendo jovens mães – fatores que, futuramente, podem vir a representar impedimentos na inserção e ascensão na carreira profissional.

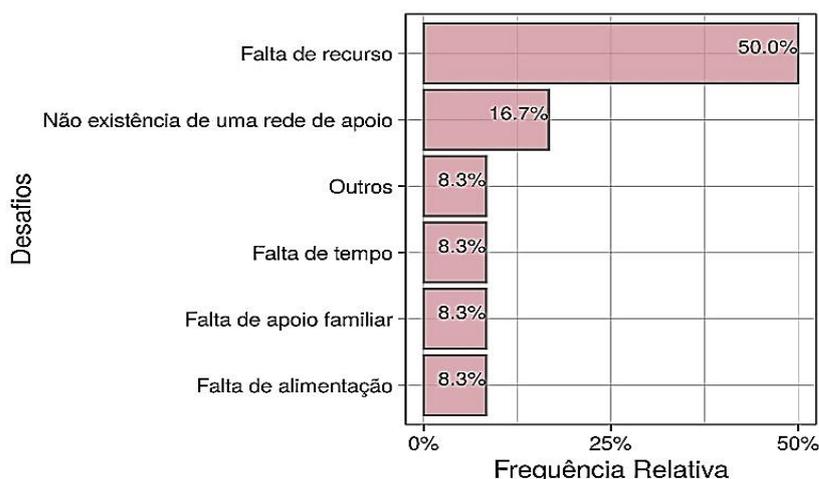
Um fato importante que vale ser ressaltado, em relação a esses dados citados anteriormente, é que, das pessoas pesquisadas, nenhuma se autodeclara negra, sendo, dessa maneira, uma problemática percebida, pois demonstra a falta de acesso por parte de pessoas negras e o alcance desses auxílios por elas. Podendo evidenciar também que, mesmo em um estado da confederação que é o terceiro em número de territórios quilombolas, ficando atrás apenas de Bahia e Minas Gerais, e tendo comunidades quilombolas em municípios da mesma região, o contraste no que tange o acesso a condições de manutenção da própria existência e promoção da igualdade de acesso a direitos assegurados por lei, tanto quanto a políticas públicas, mas também pode trazer questões importantes para análises futuras sobre as questões referentes a fatores identitários e de reconhecimento.

Com relação à localidade onde residem, 13,3% (2) responderam que residem nas

idades de São Bernardo, Milagres e Araioses, há cerca 16 anos. As demais estudantes residem em outras cidades vizinhas. Ao levar em conta que os 13,3% residentes em São Bernardo representam somente 2 das 15 estudantes pesquisadas, constatamos a presença e o impacto das ações da UFMA em São Bernardo e nos municípios circunvizinhos que constituem a região leste do estado. Araioses, por exemplo, fica localizado a cerca de 100 km distante do município bernardense.

O perfil das mulheres que recebem a bolsa creche é composto em sua maioria por jovens entre 20 e 24 anos, pardas, que residem nas cidades de São Bernardo, Milagres, Araioses – e algumas cidades vizinhas, como Santana e Magalhães de Almeida –, sendo 64,3% (9) mães solas e com pelo menos um filho. Um cenário que não se diferencia muito da realidade de milhares de lares brasileiros de famílias consideradas de baixa renda – definição que, segundo Bruschini e Ricoldi (2009), são famílias que recebem até cinco salários mínimos – em que jovens mães, solas, cuidam de seus filhos e filhas.

Gráfico 1 - Filhos como desafio para a continuidade dos estudos

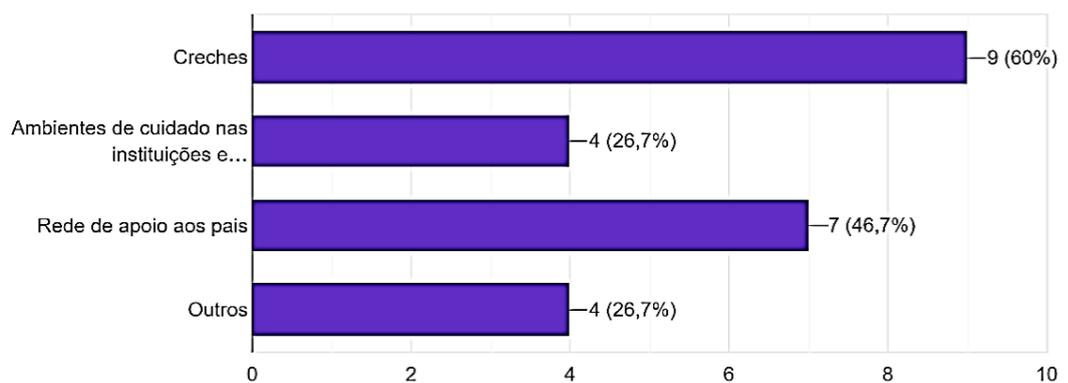


Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

Das mulheres pesquisadas, 50% (7) delas apontam que a criação dos filhos interferiu na continuidade de seus estudos, sendo a falta de recursos como um dos de seus principais empecilhos. Além disso, 16,7% (2) apontaram para a inexistência de uma rede de apoio e 8,3% (1) para a falta de tempo, falta de apoio familiar e falta de alimentação. Esses são elementos que adentram as instituições de ensino quando, sem ter com quem deixar seus filhos e filhas, as estudantes os levam consigo para as aulas

- dividindo a atenção entre o cuidado do filho (a) e a assimilação do conteúdo. Esses dados apontam que o auxílio é importante, porém não é o suficiente para garantir a participação e a vivência plena da vida acadêmica e estudantil por parte dessas jovens mães. Em São Bernardo, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação – repassados à coordenadora da pesquisa – há quatro creches em funcionamento. Entretanto, como alguns cursos são noturnos, as discentes mães não podem contar com esse serviço – tão necessário – no horário das aulas.

Gráfico 2 - O que poderia ser feito para a continuidade dos estudos



Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

Das entrevistadas, 60% (9) aponta que creches seriam fundamentais para a continuidade de seus estudos, bem como 46,7% (7) demonstraram que uma rede de apoio aos pais e familiares seriam medidas cabíveis. Já acerca da necessidade de um ambiente de apoio e cuidado nas intuições escolares, cerca de 26,7% (4) assinalaram positivamente, assim como porcentagem igual de 26,7% (4) confirmaram outras medidas como sendo as mais adequadas.

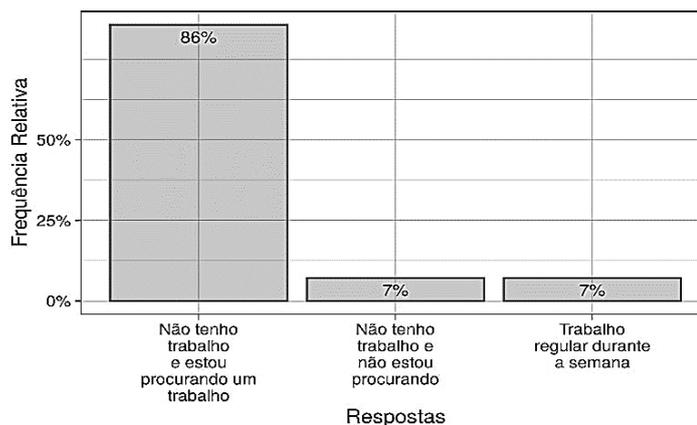
Quando questionadas a respeito do nível de escolaridade de seus cônjuges/companheiros, 21,4% (3) deles possuem ensino fundamental incompleto; 14,3%, (2) ensino médio incompleto; e 64,3% (9), ensino médio completo. Entre eles, 50% (7) encontram-se atualmente procurando emprego e 33% (5) possuem um trabalho regular durante a semana.

Os dados acima mostram que, em relação a suas companheiras, os homens possuem um nível inferior de escolaridade, assemelhando-se ao apontado por Cacciamali e Hirata (2005) em pesquisa que analisa a discriminação no mercado de trabalho para homens e mulheres. Segundo o grupo racial, as mulheres, na maior

parte dos grupos analisados, apresentam maiores níveis de escolaridade comparada aos homens. Contudo, contrariando o esperado, ganham muito menos que eles, independentemente de sua autodeclaração racial. O que a presente pesquisa comprova é que, apesar da alta taxa de desemprego e menor índice de escolaridade dos homens, eles ainda têm maior acesso ao mercado de trabalho.

Com relação à escolaridade dos pais e mães das respondentes, 50% (7) possuem apenas ensino fundamental incompleto, enquanto 28,6% (4) possuem ensino médio incompleto, e somente 14,3% (2) chegou a completar o ensino médio. Sendo assim, a estrutura educacional da família pode desempenhar um papel importante para a determinação da desigualdade de rendimentos no país. Do mesmo modo, o nível de escolaridade atingido pelos pais pode influenciar na carreira estudantil dos filhos. Segundo aponta Ramos e Reis (2008), em pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 35% (5) dos indivíduos com pais que não completaram o primário – menos de quatro anos de estudo – também possuem menos de quatro anos de escolaridade, e apenas 3% têm curso superior completo.

Gráfico 3 - Trabalho



Fonte: Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

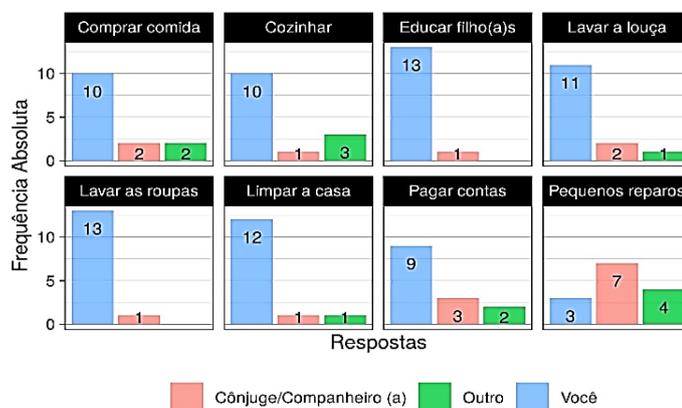
Dentre as participantes da pesquisa, 86% (12) delas não possuem nenhum tipo de trabalho e estão à procura de um – fato compreensível, visto que o auxílio de R\$ 200,00 é insuficiente para garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Dentre elas, somente 7% (1) possuem um trabalho regular durante a semana, o que corresponde a 1 das 14 jovens mulheres, sendo ela balconista de uma farmácia. Em consequência disso, para 93% (13), delas seu sustento provém do seu grupo familiar. Em

contrapartida, apenas 20% recebem pensão do pai da criança. Dessa forma, podemos perceber como o Auxílio Estudante com Filho(a) cumpre, de alguma forma, papel crucial na “garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benéficos” (SEN, 2010, p. 11), pois permite que essas estudantes mães possam focar em seus estudos, visto que, no contexto do município de São Bernardo, a disponibilidade de emprego é bastante limitada.

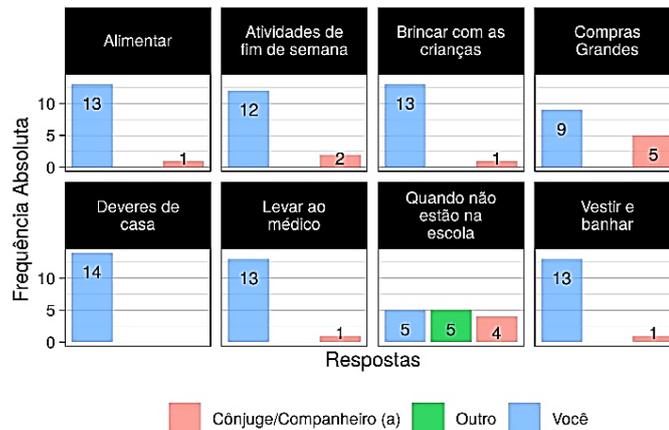
Com relação à infraestrutura da casa onde as respondentes residem, 93,3% (13) afirmaram possuir energia elétrica. Entretanto, nenhuma das residências em que habitam possui rede de esgoto, utilizando como alternativa a fossa séptica. Das discentes beneficiadas pelo auxílio, 73,3% (10) possui água encanada e pelo menos um banheiro, mas apenas 26,7% (4) possui um chuveiro. Todas possuem uma geladeira e 86,7% (12) possuem pelo menos uma televisão. Esses são dados que apontam como o acesso aos serviços básicos, como o direito humano à saúde – que engloba o saneamento básico – ainda é escasso no interior do Maranhão. São números que impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), privando a população da dignidade necessária à manutenção da vida.

Dentre elas, 71% (10) responderam que seus filhos e filhas frequentam a creche e a escola, porém um percentual preocupante de 29% (4) permanece fora dessas instituições de ensino. Dos que vão regularmente às creches/escolas, todos frequentam a rede pública e nenhum deles tem acesso a qualquer tipo de curso ou atividade extracurricular que possa colaborar para o desenvolvimento de outras habilidades, tais como música, esportes etc.

Gráfico 4 - Responsabilidade pelas atividades domésticas



Fonte: Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

Gráfico 5 - Responsabilidade pelo cuidado dos filhos

Fonte: Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

Nos gráficos acima, foi possível perceber que, apesar de 57% (8) responderem que recebem “ajuda” – termo contraditório, uma vez que a responsabilidade pelo trabalho doméstico é do grupo familiar como um todo – nas atividades domésticas, há uma prevalência delas na realização e execução pelas respondentes. Somente em casos como pequenos reparos, 50% (7) dos companheiros/conjuge se responsabilizam por essas atividades.

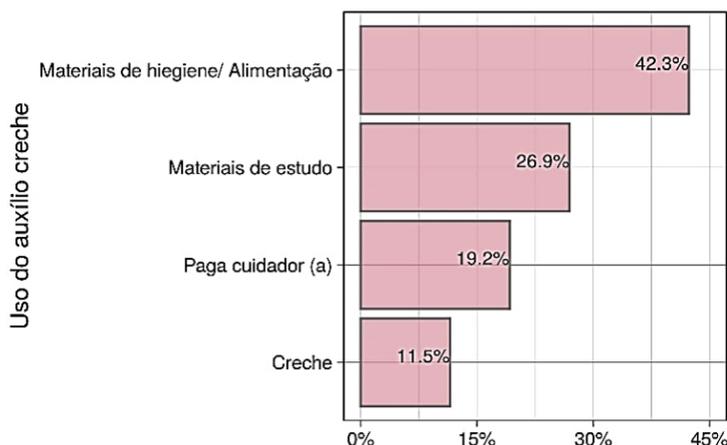
Ao estabelecer uma análise comparativa com outras pesquisas, Bruschini e Ricoldi (2009), que analisaram a conciliação entre trabalho e família para mães de baixa renda, mostram que a Divisão Sexual do Trabalho se torna mais complexa conforme o tipo de família e a posição no grupo familiar. Para as autoras, no caso das mulheres que contam com um companheiro, 97% delas são responsáveis pelas tarefas domésticas. Já as mães com filhos menores e que não contam com um companheiro para dividir as tarefas acabam sendo ainda mais sobrecarregadas.

Com relação aos cuidados com o filho ou filha, observa-se também uma prevalência da responsabilidade por parte das estudantes em atividades como o auxílio nos deveres de casa e acompanhamento das atividades da escola. Nesses casos, a responsabilidade é 100% das mães. Já quando as crianças não estão na escola, observa-se uma equivalência da responsabilidade do cuidado delas por parte da mãe e de outras pessoas. Somente 28,5% dos companheiros/cônjuges se responsabilizam por essas atividades.

Bruschini e Ricoldi (2009) apontam que, entre as mulheres mais jovens e, conseqüentemente, com filhos menores – como no caso das participantes da nossa

pesquisa – cerca de 35 horas semanais são dedicadas aos afazeres domésticos. Esse fato é mais premente entre as mulheres que têm filhos menores de dois anos. O número de horas decresce conforme o aumento da idade dos filhos e filhas.

Gráfico 6 - Uso do Auxílio Estudante com Filho (a)



Fonte: Pereira, Ramos e Santos (2020).

No gráfico acima, são demonstrados os gastos com o auxílio e o efeito desse recurso financeiro na vida dessas estudantes. O recurso é utilizado, em sua grande maioria, para suprir necessidades relacionadas à compra de materiais de higiene e alimentação dos filhos, para cerca de 42,3% (6) delas, sendo que 26,9% (4) utilizam o mesmo benefício para a compra de materiais de estudos. As pesquisadas que utilizam o auxílio para pagar um cuidador representam 19,2% (3) delas, enquanto 11,5% (1) utilizam para o pagamento de creches.

Quando questionadas sobre o impacto do auxílio em sua vida acadêmica, as estudantes apontaram a importância dele para a continuidade de seus estudos acadêmicos, seja para ajuda na compra de recursos alimentares e de higiene – dinheiro que elas teriam que buscar de outro meio, atrapalhando a dedicação aos estudos –, seja para pagar alguém para cuidar dos filhos durante o período em que se encontram em aula na UFMA, como uma das entrevistas pontua, quando perguntamos sobre qual o impacto da bolsa auxílio creche em sua vida acadêmica, da seguinte forma: *“Esse auxílio creche foi de suma importância na minha vida e a de meu filho, pois ajuda eu permanecer estudando, e com isso pagando outra pessoa para cuidar do meu filho enquanto eu estou estudando”*. Ademais, o auxílio funciona como um incentivo para que as estudantes que ainda não conseguiram uma fonte de renda, como uma bolsa estágio, possam adquiri-la no decorrer do curso e assim ampliar o

leque de oportunidades de vivência plena da carreira estudantil.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar e compreender as dinâmicas de gênero que envolvem os estudos, cuidados de casa e o ser mãe, abrangendo os diferentes contextos e trajetórias das estudantes que exercem funções múltiplas em seus cotidianos. Nesse sentido, teve como intuito contribuir para ampliar a compreensão das vivências das estudantes mães que habitam o interior do Maranhão e que convivem cotidianamente com a precariedade do acesso aos serviços públicos.

Ao mapear o acesso, o impacto do programa de assistência estudantil Auxílio Estudante com Filho(a), considerou-se os impactos sobre essas mulheres/mães. Essa política representa uma busca efetiva para dirimir as desigualdades de acesso à educação e à renda entre homens e mulheres. Assim, consideramos a UFMA, *campus* situado no município de São Bernardo, o nosso ponto de partida, para podermos investigar o acesso e usos do auxílio.

Devido aos esforços na realização da pesquisa, conseguimos finalizar parte dos objetivos e abrir caminhos para novos trabalhos relacionados à temática. Como mencionado anteriormente, “sem instrumentos adaptados à nossa realidade, ficamos atirando por alto, fazendo uma aplicação mecânica de métodos e hipóteses desenvolvidos para outros contextos” (FONSECA, 1997, p. 546). É preciso reconhecer os contextos e os limites do próprio campo, recriando estratégias para aproximação das dinâmicas sociais, históricas e culturais.

Em suma, para o combate à desigualdade de gênero e vulnerabilidades, que acabam acarretando a falta de acesso a bens básicos e uma vida digna, é imprescindível avaliar o alcance de políticas públicas voltadas não só a esses problemas estruturais, mas a outros que, de uma forma ou de outra, se inter-relacionam. Para isso, essa pesquisa tocou em pontos importantes, pois, “temos bastante material para mostrar o óbvio – a miséria escandalosa em que vive boa parte de nossa população – e pouco material sobre as dinâmicas sociais. Nosso olhar analítico bate contra o muro da pobreza, e não vamos além do choque” (FONSECA, 1997, p. 546). Que possamos agora ir além do choque que nos trazem os números para, assim, conseguirmos visualizar além dos muros que nos separam, auxiliando na construção de pontes.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm
Acesso em: 09 jun. 2019.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto** 1. ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda: uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos. Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p.767-795, Outubro/Dezembro, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: Del Priore, M. org., **História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- GATTI, Gabriel. Prolegómenos. Hacia un concepto científico de desaparición. En G. Gatti (Ed.), **Desapariciones**. Usos locales, circulaciones globales pp. 13-32. Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes, 2017.
- GÓMEZ, Magela Reny Fonticiella. **Acesso e permanência no ensino superior: o caso dos cursos de engenharia da UTFPR - Campus Medianeira**. 2014. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências. 2014.
- IANNI, Otávio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf Acesso em: 10 ago. 2020.
- IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes... [et al.]**. - Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.
- MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. “VIVENDO ENTRE-LUGARES”: A Trajetória dos Grupos Étnicos no Litoral Sul Paraibano. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, **Anais [...]**. Natal-RN, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAIS, Ana Maria; NEVES, Isabel Pestana. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 75-104, 2007.
- MOTA, Janine da Silva. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades & Inovação**. v. 6, n. 12, 2019. Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Emanuela Patrícia de. **Cursos para trabalhadoras domésticas: estratégias de modelagem**. 2007. 177 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279028>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REIS, M. C.A. **Escolaridade dos pais e os retornos à educação no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** UFMG, 2010.

Recebido: 18 mai 2021

Aceito: 17 set 2022